

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS • Director ARMANDO PARREIRA

Publicação Bimestral • 100\$ • Mar. Abr. 92 • N.º 6

EDITORIAL

Empenhados e unidos para defender direitos e regalias

A visão neoliberal aplicada às FA's, está a resultar na criação de instabilidade no seu seio.

O avolumar de focos diversificados de mal-estar, tem origem em quatro razões fundamentais:

- Uma visão de subserviência ao poder político, traduzida em medidas que cada vez mais transferem para o MDN competências e decisões (em vez de subordinação);

- A implementação de medidas reestruturadoras que, não tendo em conta a realidade existente, geram impactos de difícil gestão;

- A implementação de medidas de redimensionamento que, por não serem objecto de um amplo processo de ponderação interno e por não obedecerem a «timing's» mais aceitáveis, porque menos perturbadores, colocam a muitos o problema do futuro;

- A ausência de diálogo com os envolvidos;

O afastamento, entre os militares portugueses e os seus congéneres europeus, é um dado, tanto no plano social como no de carreira, vencimentos, etc.

O Governo oferece, por exemplo, 4500 contos de indemnização, para a passagem à reforma antecipada, a homens com vários anos de serviço, aptidão e preparação técnico-profissional. Igual soma dão os holandeses aos militares contratados no final do tempo. A diferença é evidente!

Quem pode, pois, estranhar o que dizem os coroneis? E os sargentos? Enfim, todos os que encontram na palavra dignidade, um sentido! E não se trata de colocar interesses

continua pág. 2



Direitos, volver... em frente, marche!

Modernizar as Forças Armadas é, também, actualizar os direitos daqueles que a elas se dedicam. É reestruturar mentalidades. É redimensionar as leis. É reequipar os direitos dos militares. Se a palavra de ordem é acertar o passo com a Europa, marchemos pelos direitos, pelo diálogo e pela participação efectiva na modernização das Forças Armadas.

Páginas Centrais

DÍALOGO INSTITUCIONAL

A ANS foi recebida na Presidência da República pela respectiva Casa Militar, na Assembleia da República por Grupos e Comissões Parlamentares e na Provedoria de Justiça pelo Provedor.

3

EUA OU NÃO?

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, afirmou que a União Política Europeia sem defesa comum é um paradoxo. E perguntou: «Queremos os EUA como parceiros ou como rivais?».

7

A IMAGEM DAS FA's

A imagem das Forças Armadas na sociedade resulta da relação instituição/sociedade e, também, da acção de cada militar junto do seu meio social. Quanto maior for a informação e a motivação dos militares melhor será a sua participação.

8

Voluntários e contratados

O decreto que estabelece o quadro de incentivos para a prestação de serviço militar de voluntários e contratados visa dois grandes objectivos. Por um lado, procura renovar, sistematizar e ampliar todo o conjunto de medidas dispersas que têm a ser tomadas. Por outro lado, pretende criar um programa de acção motivador da adesão responsável dos jovens à vida militar, que comporte perspectivas de futura integração na vida activa civil ou, em alternativa, de acesso a outras carreiras públicas e, bem assim, aos quadros permanentes das Forças Armadas.

O decreto-lei estabelece as seguintes modalidades de incentivos:

- a) Informação e orientação profissional;
 - b) Apoio à obtenção de habilitações académicas;
 - c) Apoio à formação profissional;
 - d) Compensação financeira e material;
 - e) Apoio à inserção ou reinserção na vida activa civil;
 - f) Apoio social;
- A concretização da alínea a) fica a cargo dos centros de classificação e selecção (CCS) dos três ramos.

As acções necessárias à efectivação do enunciado

são realizadas por técnicos do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

No que respeita à alínea b), vigora o actual sistema do «sim, sem prejuízo para o serviço».

Uma portaria conjunta do MDN e da Educação definirá os termos do regime especial de candidatura ao Ensino Superior por parte dos militares, bem como o respectivo regime especial de escolaridade. Será que não vai ser preciso fazer a PGA?

Quanto à compensação financeira e material é estabelecido que os voluntários não receberão menos do que o salário mínimo nacional e os contratados terão analogia com o quadro permanente.

Os voluntários terão fardamento, alojamento e alimentação por conta do Estado. Mas para o contratado nada é dito. Será que os contratados vão pagar a farda, a alimentação e a estadia?

É criado um subsídio de integração, correspondente a um mês de vencimento por cada quatro meses de serviço efectivo prestado para os voluntários, ou, por cada 12 meses, no caso dos contratados. Por regulamentar fica o acesso ao subsídio de desemprego, bem como tudo o que não está.

Está a decorrer o Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho, decretado pela Comunidade Europeia. No espírito do Ano Europeu, desafiamos os nossos leitores a debater o tema com base na sua experiência concreta e fornecemos alguns dados sobre o que se passa na sociedade civil, os quais atestam a gravidade da situação na Comunidade e, sobretudo, em Portugal.

Neste Ano Europeu importa reflectir, também, sobre o que se passa no âmbito militar em matéria de segurança, higiene e saúde no local de trabalho. Se, ao nível da sociedade civil, há dados estatísticos disponíveis que permitam avaliar a gravidade uma situação de tal modo preocupante que a Comunidade Europeia lhe consagrou o Ano Europeu, não há razões que levem a pensar que no âmbito militar a situação seja melhor.

Em consequência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais morrem todos os anos cerca de oito mil trabalhadores na Comunidade e calcula-se em 10 milhões os que têm acidentes e adquirem doenças profissionais no local de trabalho.

Portugal é um dos países da Comunidade onde a sinistralidade laboral causa mais vítimas. Em média, morrem em Portugal mais de dois trabalhadores por dia, vítimas de acidentes de trabalho. Estes altos índices de sinistralidade acarretam proporcionalmente graves consequências do ponto de vista humano, social e económico.

O elevado grau de sinistralidade que se regista no nosso país é atribuído, em grande medida, à falta de aplicação de uma política e um plano nacional de prevenção de riscos profissionais.

O Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho contribuirá, quanto mais não se-



Falta-nos segurança, higiene e saúde

ja, para alertar e sensibilizar a opinião pública e as instituições políticas e sociais para as condições de trabalho em que os trabalhadores laboram e para as consequências sociais, humanas e económicas da sinistralidade laboral.

Mas, para que se reduzam os acidentes de trabalho e doenças profissionais, é necessário que, por

parte dos Estados membros da Comunidade se adoptem medidas concretas.

Depende, em grande parte, dos militares fazer com que essas medidas sejam extensíveis ao seu âmbito. É necessário, também, que os militares avaliem as condições em que laboram em matéria de segurança, higiene e saúde. Essas

condições passam pela salubridade dos locais de trabalho, níveis de ruído, etc.

Cumprindo com o espírito do Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no local de trabalho, as páginas de «O Sargento» estão abertas à colaboração dos leitores que pretendam debater esta matéria, nomeadamente com referências a casos concretos.

Sargento paga IVA

A aplicação de cinco por cento de IVA aos jornais, decretada pelo Governo, agravou os custos de produção de «O Sargento».

Este aumento já incidirá na produção do presente número do jornal mas não foi ainda reflectido no seu preço de venda, o que terá forçosamente de vir a acontecer, a curto prazo, sob pena de, se não o fizermos, fazer perigar a so-

breviência financeira do jornal.

Recorde-se que o preço de venda de «O Sargento» mantém-se inalterado desde o número 1, publicado há mais de um ano, em Janeiro do ano passado, e que o jornal assumiu, também sem aumento do preço de venda, o esforço financeiro que está a ser empreendido desde que, no número 2, o adoptou o formato «tablóide».

O SARGENTO

Propriedade: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Redacção: Rua Barão de Sabrosa, n.º 91-1.º Esq. - 1900 Lisboa
Grafismo: EJORNAL
Fotocomposição e Montagem: TEXTAG, LDA
Impressão: RENASCENÇA GRAFICA, SA
Tiragem: 5000 ex.
Depósito Legal: 48582/91
Registo na DGCS 115109

O SARGENTO JORNAL BIMESTRAL QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE PELO PRAZO DE 1 ANO

- ☐ Continente (500\$00)
- ☐ Regiões Autónomas (600\$00)
- ☐ Europa (700\$00)
- ☐ Macau (800\$00)
- ☐ Guiné, Angola e Moçambique (800\$00)
- ☐ Outros Países (800\$00)

Forma de pagamento: ☐ Cheque ☐ Vale postal

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

individuais acima dos interesses colectivos. Isso é retórica para incautos.

Durante anos o «interesse colectivo» foi África, a morte, os estropiados.

Durante anos o «interesse colectivo» foi nada fazer pela dignificação dos militares.

Durante anos o «interesse colectivo» foi, não promover na altura certa não deixar ir aos cursos, preterir.

Hoje o «interesse colectivo» é passá-los à reforma. Qual

será o «interesse colectivo» em Julho, se os militares não aderirem aos incentivos?

A manutenção da serenidade, com empenhamento e união, é o caminho a trilhar.

Certos da razão que nos assiste, há que prosseguir o caminho da dignificação com vista a umas FA's modernas em que os militares não sejam simplesmente alguém que «al está», mas cidadãos com direitos, dignidade e agentes activos e participativos no seu futuro, no futuro da instituição.

EDITORIAL
Continuação pág. 1

ANS promove diálogo institucional

A Associação Nacional de Sargentos foi recebida pela Casa Militar da Presidência da República, na sequência dos pedidos de audiência que dirigiu a diversas entidades e que também proporcionaram, recentemente, encontros com o Provedor de Justiça, com a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a Comissão Parlamentar de Defesa, com Grupos Parlamentares.



Na Casa Militar da Presidência da República, a ANS manifestou as suas preocupações sobre as alterações legislativas previstas, tornadas públicas no programa do Governo, e falou sobre o direito de associação dos militares na Europa Comunitária.

Constatou-se uma grande identidade de pontos de vista entre a Casa Militar da Presidência da República e a ANS relativamente à necessidade de se efectuar um grande esforço por parte dos diferentes órgãos do Estado, para se promover uma acção pedagógica na sociedade com vista à dignificação da Instituição Militar.

O encontro resultou ainda num enorme contributo para diluir algumas incompreensões, em relação à ANS, por parte de alguns órgãos de soberania e chefias militares.

DIREITOS LIBERDADES E GARANTIAS

Na Comissão Parlamentar de Assuntos Constituci-

onais, Direitos, Liberdade e Garantias, em 7 de Abril, a ANS apresentou um conjunto de matérias do âmbito desta Comissão que são alvo da preocupação dos sargentos. Dessas preocupações constam a necessidade de alteração dos artigos 31.º, 33.º e 59.º da LDNA, antes de se proceder à alteração de RDM, a necessidade de harmonizar os conceitos de jurisprudentia militar e civil em tempos de paz e a necessidade do cumprimento da Resolução do Parlamento Europeu n.º C127/86, de 14/5/84, na qual se convidam os estados membros a conceder, em tempo de paz, aos seus militares, o direito de criar, para a defesa dos seus interesses, associações corporativas, de a elas aderir e de delas desempenhar um papel activo.

A ANS aproveitou a oportunidade para entregar à Comissão um relatório do eurodeputado Wilhelm Peters, sobre o direito e o âmbito associativo dos cidadãos militares nos países da Europa, e um conjunto de documentos sobre a EUROMIL.

A Comissão, além da sensibilidade mostrada para com estas matérias, deixou claro o comprometimento de propor à Comissão Parlamentar de Defesa

encontros de diálogo e de debate sobre estas e outras matérias da legislação militar respeitantes à área de intervenção comum.

PROVEDOR

O Provedor de Justiça, no encontro com a ANS, informou que a petição apresentada pela Associação sobre o Novo Sistema Retributivo aguarda uma resposta do Secretário de Estado do Orçamento e que a petição sobre a competência dos tribunais militares em recurso contencioso administrativo encontra-se em fase de conclusão dos estudos técnico-jurídicos para posterior encaminhamento.

A Comissão Parlamentar de Defesa recebeu a ANS em 18 de Março.

Nesta audiência, a ANS manifestou a sua preocupação relativamente às seguintes matérias:

□ Estatuto dos Militares das Forças Armadas; □ Novo Sistema Retributivo; □ Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (art.ºs 31.º, 33.º e 59.º); □ Regulamento de Disciplina Militar; □ Regulamento de Avaliação e Mérito dos Militares do Exército; □ Reestruturação das Forças Armadas.

Órgãos representativos na Força Aérea

As coisas não vão bem quanto aos Órgãos Representativos dos Sargentos na Força Aérea. Restringiu-se o número de eleitos e existe muita dificuldade no acesso às informações a tratar. É pouco o tempo para cumprir as tarefas de apreciação. A falta de diálogo leva a que as informações e avaliações sejam por defeito. Por outro lado, elas são muitas vezes modificadas superiormente. Mas o normal até é estes órgãos não serem chamados para coisa nenhuma. Veja-se o recente caso dos incentivos para a reforma, NSR, escalões, etc., etc.

COMISSÃO TÉCNICA

É necessário e importante melhorar tudo o que diga respeito à CT, para a dignificação da classe de sargentos e da Força Aérea. Ela deve ser a responsável pelo alargamento do diálogo no seio da instituição.

A CT deve constituir-se como o elemento decisivo da implantação de um novo sistema, por forma a garantir que a gestão, no respeitante aos sargentos, se fundamente num conjunto

de princípios, métodos e procedimentos que levem a executar correctamente a planificação e organização em todas as esferas da sua vida profissional.

A Comissão Técnica deveria ser-lhe permitido estabelecer uma vida mais dinâmica junto da classe. Deveria ter conhecimento prévio dos assuntos a legislar, para os dar a conhecer atempadamente à classe que, por sua vez, se pronunciaria sobre eles, avaliando-os, criticando-os e propondo soluções.

Torna-se, pois, indispensável proceder a alterações nas actuais atribuições da CT, de maneira a que cesse a sua rígida e excessiva dependência e o seu carácter somente de órgão de audição.

Aumentar-lhe a autonomia nas relações com os sargentos, é criar condições para uma mais eficiente recolha de informação necessária e útil ao progresso da instituição.

Incentivar a iniciativa funcional da CT, como órgão com responsabilidades de âmbito geral, é indispensável onde se constata insuficiências e má respos-

ta às necessidades e interesses dos sargentos.

Deverá ser permitido à Comissão Técnica apresentar propostas e participar na elaboração dos planos da Força Aérea.

É de vital importância para uma harmonia e equilibrada gestão da Força Aérea caber-lhe emitir pareceres sobre todas as decisões afectas aos sargentos.

A necessária credibilidade da Comissão Técnica, também está implícita nos processos limpidos de renovação e substituição dos elementos deste órgão máximo da classe.

Aos seus membros deve ser propiciado actuar por forma a que possam assumir responsabilidades sem quaisquer receios e a evidenciar a sua maturidade profissional e intelectual.

CONSELHOS DE ESPECIALIDADE

É necessário determinar melhor a competência e responsabilidade dos CE, criando, ao mesmo tempo, condições para uma mais eficiente aplicação da experiência e valor dos ele-

mentos que os compõem.

Aos CE caberá desenvolver uma acção contínua no sentido de promover e estimular a iniciativa pessoal dos sargentos, com vista a uma maior participação no desenvolvimento e modernização da Força Aérea e na melhoria da sua especialidade - quadro.

Deve incumbir aos CE analisar e elaborar estudos sobre a situação dos quadros de especialidade.

Apresentar propostas e sugestões, que se julguem oportunas, sobre matérias que interessem à especialidade.

Caberá ainda aos conselhos de especialidade participar nas orientações técnicas necessárias e relativas à especialidade.

Ter pleno acesso às informações e dados necessários ao exercício das suas funções de apreciação e avaliação.

Emitir parecer sobre as decisões que afectam directamente os sargentos da especialidade.

Cooperar na actividade da Comissão Técnica, sempre que esta o julgue oportuno ou necessário.

Informar regularmente a

CT sobre as diversas questões respeitantes ao quadro de especialidade, para que se possa melhor aferir a actividade corrente da Força Aérea.

Por órgãos assentes em PRINCÍPIOS.

O que ocorre do último despacho (25/82, de 17 de Agosto) relativo ao funcionamento, composição e atribuições da CTFA, mostra-nos haver a necessidade objectiva de actualizar as suas disposições.

Há necessidade de elevar a iniciativa e a responsabilidade.

Gostaríamos de ver a Comissão Técnica com atribuições vinculadas à planificação e organização. Ligada umbilicalmente à legislação respeitante aos sargentos e ser um mecanismo de apoio, regulador e orientador das decisões do CEMFA para todas as questões relativas aos sargentos.

A preparação em comum das decisões tem sido substituída por disposições somente de carácter pessoal, o que por vezes acarretou graves erros.

Quanto à legislação referente à composição, elei-

ção e missão dos conselhos de especialidade, também é evidente o seu des-tempo.

Há que ter a ousadia de apreciar sobriamente a situação e vê-la tal como é. Já é tempo de pôr de parte pruridos inadequados, quando em vez disso devem ser manifestados desejos de aproveitamento eficaz de todos os recursos humanos da instituição.

O não se ter aproveitado as qualidades, a competência e o valor dos muitos eleitos destes órgãos para um maior benefício da Força Aérea; o não lhes ter sido permitida uma «missão» mais criadora, compatível com os seus conhecimentos e experiência, terá sido de uma disciplicência intolerável, de uma rotina que levou à estagnação.

Julgamos haver agora a clarividência bastante. Será somente necessário superar os preconceitos do sistema social vigente e que se avalie com bastante sensatez e compreensão o verdadeiro papel que os sargentos desempenham na instituição, na Força Aérea.

A mensagem do Ministro da Defesa Nacional aos militares sobre a reestruturação das Forças Armadas chegou aos quartéis gravada em cassete vídeo, o que pode ser entendido como uma falta de confiança do MDN na forma tradicional de divulgar a sua mensagem por intermédio da linha de comando. É que também ao nível dos postos superiores existe mal-estar e indignação com o tratamento que estes militares estão a receber no quadro da Reestruturação, Redimensionamento e Reequipamento das FA's. A reestruturação está a ser feita num espaço de tempo curto (89-95), sem a disponibilidade de verbas necessária e sem diálogo com os militares para procurar soluções ajustadas. No quadro da reestruturação, o Ministro divulgou, em Conferência de Imprensa, uma nova etapa que abrange o encerramento de várias unidades militares. Mas nada adiantou quanto aos impactos sociais e económicos dessas medidas, nem relativamente às formas de os atenuar.

RACIONALIZAÇÃO DE EFECTIVOS Vídeoincentivos

Aquilo que vínhamos a alertar aí está, como azeite sobre água. Apareceu via vídeo, talvez porque o MDN não acreditasse que a linha de comando pudesse cumprir a tradicional função. É que também ao nível dos postos superiores das FA's existe mal-estar e indignação. Seria importante o esclarecimento público, por parte do MDN, sobretudo no seio das Forças Armadas, por que foi dada a informação via vídeo.

OS TRÊS R's

É inequivocamente necessário Reestruturar, Redimensionar e Reequipar as Forças Armadas. Há também que dizer, e nisto estamos a repetir o que já anteriormente dissemos, que ao longo dos anos nada foi feito em abono dos três R's, provocando picos de degra-

dação muito complexos. Importa igualmente referir que o PSD detém a pasta da Defesa desde 1983.

Uma mudança tão profunda como aquela que o Governo quer implementar deveria ter como permissa duas questões fundamentais:

— Diálogo com os militares com vista a encontrar as soluções mais ajustadas às diversas situações e, também, com vista a gerar as forças centrípetas fundamentais à mudança.

— A compreensão de que uma mudança de envergadura é incomportável materializar num curto espaço de tempo (89-95), para mais sem a disponibilidade de verbas adequada.

A MENSAGEM

A mensagem do ministro aos militares que acompa-

nhou o vídeo merece, também, alguns comentários.

Desde logo merece atenção o facto de não aparecer referido como iniciativa próxima a tomar pelo Governo a apresentação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Trata-se de uma questão central que, a ser adiada cada vez menos transparente todo o processo reestruturador.

Uma das medidas adoptadas é a diminuição do tempo de reserva de nove para cinco anos. Num curto espaço de tempo, o Governo promove duas reduções de tempo e em cada uma delas alterou as «regras do jogo», pondo assim em causa as expectativas de muitos milhares de homens. Há quem considere tais alterações inconstitucionais.

Relativamente às considerações feitas à volta das razões para tal medida, temos

sobretudo objecções quanto à forma. Além dos aspectos materiais que mexem com esta decisão há os aspectos psicológicos — que não são de somenos importância — de uma reforma, de uma inactividade antecipada e imposta. Este aspecto teria sido razão mais do que suficiente para que o Governo e em particular o MDN, planificassem um conjunto de acções visando o esclarecimento, o diálogo e, assim, a preparação psicológica para as medidas.

Em paralelo com essa decisão — reduzir — fala-se que está em estudo a saída de diplomatas que visam a inserção dos militares nesta situação, no mercado de trabalho, ou, em esquemas de colaboração em sectores determinados da sociedade. O argumento para tal baseia-se na experiência e aptidão técnico-profissional e, também, na relativa juventude destes militares.

Naturalmente que não podemos encarar negativamente a adopção de medidas deste tipo. Mas a questão que de imediato se nos coloca é a tais aptidões não terem merecido a devida correspondência no que respeita aos incentivos devidos.

E em que áreas vai essa abertura verificar-se? Na administração interna? Combate a fogos? Empresas privadas para apoio logístico?

Hé quem diga que os militares mais novos vêm com bons olhos a saída dos mais velhos. Temos dúvidas que as coisas se processem exactamente assim, por duas razões:

— Nenhum militar pode concordar que as regras do jogo se alterem sem mais nem menos.

— Os jovens nada ganham com a saída dos militares mais velhos, primeiro, porque não vão dar vagas e

segundo porque, a concretizar-se a redução que vai sendo falada, alguns destes mais novos serão os próximos afectados.

Na mensagem, o MDN diz que «ao comodismo da omissão preferimos o ónus da acção(...) porque estamos perante um verdadeiro imperativo de consciência». No que a isto diz respeito, importa afirmar que muitos militares o ónus da acção há muitos anos e que «imperativo de consciência» é também o das consequências das medidas, os impactos que tem junto das pessoas.

A dicotomia colocada entre resolver já ou não resolver não se coaduna com a responsabilidade de um cargo político.

A questão que se coloca é como «atalhar já» no quadro mais consensual e, por isso, mais estável possível, e não numa postura contra ventos e marés. É que é preciso não perder de vista um só minuto que é de pessoas que se trata, para mais inseridas numa área sensível do Estado, sujeita a muitos deveres e poucos direitos.

No que respeita às medidas, dizer apenas que receber-se hoje, por exemplo 4500 contos nem para comprar uma casa chega. É uma simples comparação que vale o que vale.

Chegados aqui, outra questão importa colocar. Que medidas adoptará o Governo se, chegados ao termo do prazo estabelecido, os militares não aderirem?

Para finalizar, é interessante a seguinte passagem da mensagem:

«(...) Existe uma forte vontade política e uma sã convergência, no que é essencial, entre as chefias militares e o Governo». Pelos vistos, a base de convergência é muito pequena.

Reestruturação das FA's

O processo de Reestruturação, Redimensionamento e Reequipamento das Forças Armadas está a conduzir a uma modelação das nossas Forças Armadas, no que respeita a Sistema de Forças, Dispositivo e Conceito Operacional, ao conceito NATO em execução. Todo o conjunto de alterações que é necessário efectuar para que este objectivo se cumpra em pleno não está a ter em conta a realidade existente, os «timings» de execução e as verbas necessárias. Tais factores, entre outros, estão a fazer alastrar nos militares o descontentamento e a incerteza quanto ao futuro.

Já anteriormente se referiu que a reestruturação das FA's, encetada pelo MDN, se está a efectuar como se de um «puzzle» se tratasse e do qual não se conhece qualquer guião. A Conferência de Imprensa do MDN, em Fevereiro passado, e notícias posteriormente vindas ao público dão con-

ta de uma série de novas peças desse «puzzle» que, alegadamente, farão parte do conjunto e que vêm lançar alguma luz sobre a raiz e objectivos em que se enquadram.

O guião, em vez de assentar na discussão e aprovação prévia de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional e Militar, parece antes ter origem no novo conceito da NATO.

E não é por acaso que chegamos a esta conclusão. É que não será por simples coincidência que processos idênticos estão a decorrer em Espanha, na Alemanha, na Bélgica e na França.

Neste contexto, o interesse do «jogo» passou a ser, agora, saber quais as peças do «puzzle» que sairão a seguir e que disposição lhes será dada.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Assume relevo que a re-

cente mensagem do MDN via vídeo — pormenor de inovação tecnológica, provavelmente dentro do quadro do novo conceito NATO — não coloque o Conceito Estratégico de Defesa Nacional no conjunto das matérias a tratar no futuro próximo. Lapso ou adiamento que é grave em qualquer dos casos.

Para além deste aspecto, importará saber se vão ter atribuições NATO as novas brigadas do Exército; as novas fragatas; os F16, se vierem; a que comando se irão subordinar, etc. Enfim, saber se vamos ter um maior grau de dependência externa ou não.

É ainda relevante saber, do nosso ponto de vista, como vai ser possível concretizar a Reestruturação e o Redimensionamento das FA's com as dificuldades que estão a surgir na aplicação do novo Conceito de Serviço Militar.

As dificuldades começam a surgir logo a partir do mo-

mento em que não são satisfeitos os quantitativos necessários de voluntários e contratados, por falta de afluência de interessados.

É certo que continua por divulgar o quadro de incentivos. Todavia, surgem muitas dúvidas de que as contrapartidas que venham a ser oferecidas possam cativar os jovens. Por outro lado, os departamentos de pessoal dos ramos e os jovens andam na corda bamba no que respeita à duração do tempo de Serviço Efectivo Normal — Quatro meses? Oito meses?

OS QUARTÉIS TAMBÉM SE ABATEM

O MDN divulgou, em Fevereiro, mais uma etapa do processo de Reestruturação das Forças Armadas. Nesse pacote, o MDN tornou público que várias unidades militares irão encerrar, bem como outros organismos e serviços.

Um aspecto saliente da matéria divulgada tem a ver com a extinção da Região Militar Centro, no quadro do actual dispositivo.

A lista de abatimentos abrange, de uma forma geral, unidades situadas de Norte a Sul do País. Contudo, o Ministro nada adianta quanto ao impacto que essas medidas terão no aspecto social nem relativamente às formas de atenuar esse impacto.

O encerramento das unidades levará à transferência de pessoal, acarretando consigo problemas de alojamento, de afastamento do meio familiar, de transportes, entre outros.

Sobressai das declarações do MDN a perspectiva de concentrar um conjunto de futuras infra-estruturas militares na região de Entroncamento, o que terá impactos regionais que importa avaliar antecipadamente. Aliás, em matéria idêntica, mas no sentido inverso, o presidente do município de Elvas pronunciou-se, de forma preocupada, sobre o encerramento da unidade situada naquela cidade.

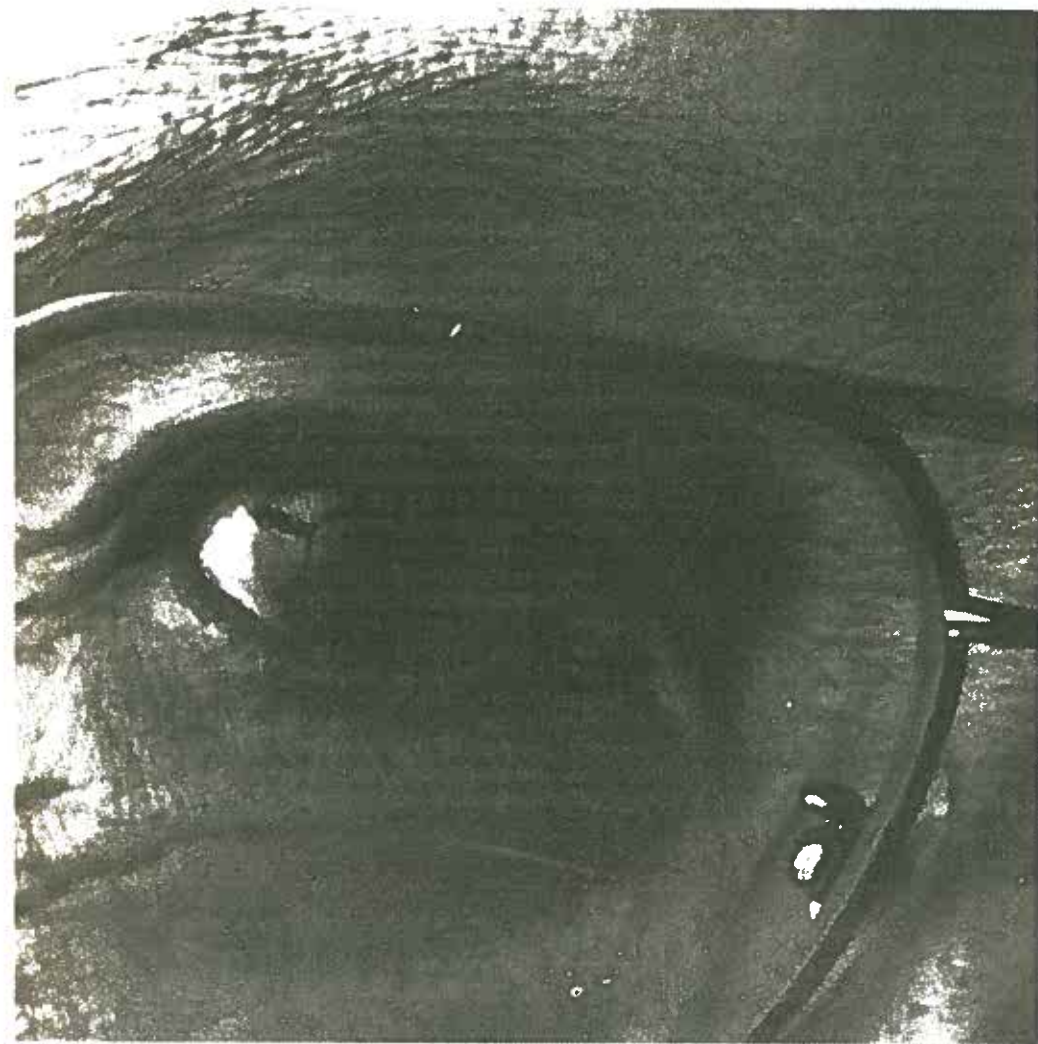
Numa altura em que a ANS tem dinamizado intensos contactos institucionais — com a Presidência da República, com Grupos Parlamentares e com a Provedoria de Justiça — foi divulgado à Comunicação Social um parecer da Procuradoria Geral da República que preconiza cenários para a ilegalização da Associação Nacional de Sargentos.

São reflexos da persistência de forças que teimam em manter-nos arrefogados na cauda da Europa. Nos países mais desenvolvidos da Comunidade Europeia, os militares dispõem de sindicatos para negociar e defender os seus direitos.

Em Portugal, os sargentos não têm defendido a criação de sindicatos de militares. A ANS pauta a sua actividade no espírito associativo contemplado nos seus Estatutos, pelo que a ênfase posta na divulgação do parecer da Procuradoria Geral da República, particularmente nas hipóteses de ilegalização da Associação, soa com uma tentativa de intimidação, não só dos sargentos, mas de todos os militares que estão a manifestar-se descontentes.

ASSOCIATIVISMO SEM RESTRIÇÕES

A Europa como exemplo



A Associação Nacional de sargentos tem mantido contactos institucionais e dialogado com a Presidência da República, com Grupos e Comissões Parlamentares e com a Provedoria de Justiça. Embora o tenha solicitado, só ainda não lhe foi dada a oportunidade de dialogar com o Ministério da Defesa Nacional e com as chefias militares.

É extraordinário que vários órgãos institucionais solitem à ANS opiniões e contributos sobre matérias do seu interesse e, ao mesmo tempo, a Associação fique inviabilizada de o fazer com o MDN e as chefias militares.

É extraordinário que haja empenho em promover alterações legislativas sobre um vasto conjunto de matérias, excepto nas que dizem respeito aos direitos dos militares.

É extraordinário que se vá alterando, às fatias, a

LDNFA e não se assuma rever a lei por inteiro, na qual está contido o art.º 31.º.

É extraordinário que uma notícia publicada no jornal «Público» do dia 21 de Abril, dando conta da existência de um parecer da Procuradoria Geral da República, diga, a dado passo, que «(...) nas conclusões, reproduz o essencial do texto constitutivo da Associação e dele extrai a impossibilidade de, nessa configuração estatutária, qualificar a ANS como sindicato ou associação sindical(...)». E que, sistematicamente, os sargentos nas unidades sejam confrontados com afirmações por parte dos superiores acerca da ilegalidade da Associação.

É extraordinário que, na mesma notícia, seja dito que basta que os dirigentes promovam um debate sobre o sistema remuneratório para que a ANS possa ser

ilegalizada». Alguém de bom-senso pode compreender isto?

Desde o 1.º Encontro Nacional de Sargentos que tem vindo a ser afirmado que não movem a classe objectivos sindicais. Os próprios Estatutos da Associação aí estão a confirmá-lo, com parecer, segundo a notícia do jornal «Público», da Procuradoria Geral da República.

Chegados aqui, há que perguntar: o que é sindicalismo?

É sindicalismo a discussão de temáticas? É sindicalismo a acção dos corpos sociais da ANS junto dos órgãos de soberania e outras instituições dando conta das suas opiniões, nalguns casos a pedido dessas mesmas instituições? É sindicalismo afirmar que tal ou tal aspecto legislativo lesa os sargentos? É sindicalismo a ANS solicitar à Assembleia da República

que chame a ratificação um dado diploma? É sindicalismo a ANS entregar na Provedoria de Justiça um pedido de verificação de constitucionalidade sobre a dada matéria? É sindicalismo a ANS participar como convidada ou promover um colóquio ou debate sobre o tema remuneratório dos militares ou outro? É sindicalismo a ANS solicitar aos seus associados que estejam presentes nas galerias da Assembleia da República a assistir à discussão e votação de um diploma importante para a sua vida militar? É sindicalismo a ANS solicitar ao Presidente da República que atente em determinados aspectos lesivos para os militares e intervenha na medida dos seus poderes?

Isto é sindicalismo? Isto é ilegalidade?

A corda bamba em que os militares estão no que diz respeito aos direitos e restrições tem, definitivamente, que ter um fim.

A já citada notícia do «Público» fala em estudos comparativos com Espanha e França no que respeita a direitos e restrições.

É claro que os termos de comparação são do critério de cada um. Nós poderíamos comparar com a Alemanha, Bélgica, Dinamarca, etc., todos países em que os militares até têm sindicatos.

A questão está lançada e não vale a pena tentar torná-la com intimidações.

Os sargentos, hoje como ontem, continuam a pugnar pelo diálogo, justiça e dignificação. Com esta Associação, com outra Associação e tantas quantas forem precisas. Há uma coisa que ninguém pode proibir: a vontade e o direito de os militares viverem como cidadãos, com direitos e deveres, com opiniões, sugestões e críticas, como qualquer cidadão. É em torno desta questão central que a classe, solidária, vai prosseguir. É em torno desta questão central que as instituições têm de debater e, a nosso ver, concluir pela alteração dos actuais espantalhos.

EXEMPLOS EUROPEUS

Na Europa, que nos esforçamos a perseguir, os direitos dos militares são contemplados de uma forma muito mais ampla que em Portugal. Este é mais um aspecto que nos puxa para a cauda da Europa. Vejamos alguns casos europeus:

ALEMANHA

A Alemanha, essa potência militar e económica, tem um sindicato nas FA's. No Parlamento alemão existe um representante para as Forças Armadas Federais, designado para proteger os direitos fundamentais.

Os membros das comissões de pessoal podem ser dispensados de serviço, se e quando isso for necessário, para a execução das suas tarefas.

Estes delegados, ao nível das unidades, devem ser consultados antes de serem tomadas decisões sobre assuntos disciplinares.

As eleições para os diversos escalões, que culminam com a comissão central de pessoal, é por voto secreto.

Os sindicatos têm poder negocial. O sindicato deve ser uma corporação registada no condado a que pertence como organização subordinada à confederação dos sindicatos alemães.

Os sindicatos têm representantes a nível de guarnição. Estes representantes têm a possibilidade e o direito de informar e aconselhar os seus membros e de defender os seus pedidos.

BÉLGICA

Para além de sistemas colaborantes nas unidades (alimentação, bem-estar, recreio e cultura, etc.), todo o pessoal afecto à defesa militar pode fazer parte de um sindicato, excepto o pessoal em Serviço Efectivo Normal (ex-Serviço Militar Obrigatório).

Os sindicatos podem fazer acordos sobre o estatuto administrativo e férias do pessoal; salários e pagamentos de reformas; serviços sociais e duração do tempo de trabalho; fixação de quadros; alojamento e messes.

O representante do sindicato, ao nível de companhia, podem afixar informação, após autorização prévia do CDT da unidade e realizar reuniões informativas nas unidades.

DINAMARCA

Na Dinamarca, os militares têm sindicatos e sistemas colaborantes. Só o SEN (ex-SMO) está excluído dos sindicatos.

Os sindicatos têm poder negocial, em matéria salarial e condições de emprego.

HOLANDA

Na Holanda, o princípio é o de o Ministro da Defesa consultar os sindicatos militares antes de tomar qualquer decisão considerada importante para o Estatuto e outras leis gerais que orientam o pessoal militar. O objectivo é o de procurar os consensos de modo a atingir a melhor forma de acção do pessoal.

Os casos citados são suficientes para estabelecer o contraste com a situação em Portugal, onde, pura e simplesmente, não há diálogo, seja com a ANS, seja com os Conselhos e Comissões nos Ramos. É importante que fique claro que os sargentos têm defendido a criação de sindicatos e a Associação que criaram (ANS) tem pautado a sua actividade dentro deste espírito.

Exército

Realiza-se um Encontro de Sargentos do Exército, no dia 30 de Maio, no Porto. Não faltes! A tua participação é fundamental, para o engrandecimento e aprofundamento das temáticas.

Armada

O Clube do Sargento da Armada vai realizar dia 21 de Maio, pelas 21,30 h. na delegação n.º 1, no Feijó, um colóquio, subordinado ao tema a «Reestruturação e o Futuro das FA's».

Sargentos estudantes

Vinte e quatro sargentos estudantes entregaram, no princípio de Maio, outras tantas petições na Provedoria da Justiça no sentido de serem clarificados e garantido o seu direito de frequentar as aulas e poderem concluir os seus estudos.

Convívio

A Delegação de Lisboa do Clube do Sargento do Exército realiza uma sardinhada-convívio, no dia 23 de Maio, no Parque de Merendas da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, que fica situado junto ao parque de campismo do CCL, na Costa da Caparica. É uma oportunidade de convívio e de troca de impressões entre os membros da classe, a não perder. Leva a família.

ANS

Realizou-se no dia 28 de Março a Assembleia Geral para discussão e aprova-

ção do Relatório e Contas. O momento foi aproveitado para uma troca de informações sobre aspectos da actividade entretanto desenvolvidos e perspectivas de actuação futura.

Lisboa

No passado dia 10 de Abril realizou-se uma reunião entre os membros do Exército da Direcção Nacional da ANS, e as Delegações Norte e Coimbra.

Nesta reunião foram tomadas decisões com vista à constituição da CPR-Exército bem como os estudos dos problemas que afectam a classe no ramo.

Porto

Foi realizada no dia 7 de Março uma reunião entre a Delegação Norte e a direcção nacional da ANS na qual foi feito um ponto da situação social da classe e esboçado um quadro de iniciativas para a região.

No quadro das perspectivas, foi colocado como objectivo a dinamização com vista à constituição da CPR-Exército.

Entroncamento

No Entroncamento ocorreu uma reunião entre a direcção nacional e cerca de 50 sargentos. Nesta reunião foi feita uma explanação da actividade desenvolvida pela ANS e das acções que se perspectivam.

FAP

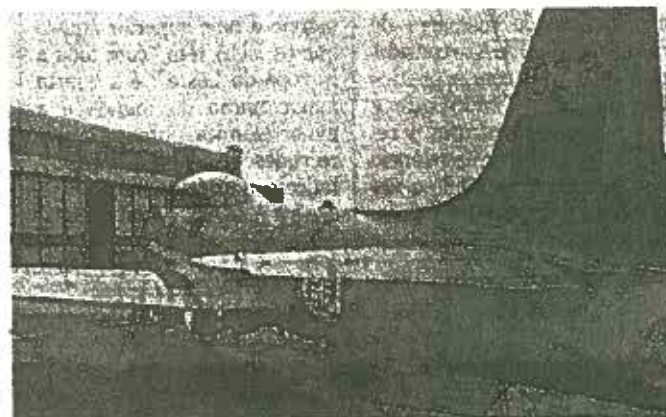
No dia 11 de Abril realizou-se o encontro de Sargentos da Força Aérea. Foi aprovado o Caderno de Aspirações do Ramo e decididos passos com vista à sua divulgação e apreciação mais ampla pela classe no seio do ramo.

INTERESSES ESTRATÉGICOS

O ministro Deus Pinheiro admitiu que a «hipocrisia» norte-americana quanto à questão de Timor-Leste e as negociações sobre o futuro da Base das Lajes estão a criar «alguma tensão» entre os Estados Unidos e Portugal.

Ao renegociar o Acordo das Lajes, diversificando o seu conteúdo para além do plano militar, Portugal, com um novo estatuto no quadro da Comunidade Europeia, e os Estados Unidos rejeitando os seus «interesses estratégicos» nas várias zonas do mundo, criaram, no entender do ministro, dificuldades ao processo negocial. (Será por isto que a 2.ª Lei de Programação Militar (LPM) nunca mais está elaborada?)

Quanto a Timor-Leste, os argumentos dos americanos «são hipócritas» pois ignoram as questões fundamentais dos direitos humanos e do direito internacional, as mesmas que têm constituído o seu «leitmotiv» para intervir na cena mundial.



UM PROGRAMA PARA PORTUGAL

Em finais de Fevereiro realizou-se a 8.ª Conferência de S. José. Nesta, a Comunidade Europeia anuiu em disponibilizar 270 mil contos para um programa de apoio aos Direitos do Homem e à democratização nos países da América Central. Com uma duração de quatro anos, o plano prevê a assistência à produção de legislação em matéria de Direitos Humanos, programas de sensibilização para militares e forças de segurança e, ainda o apoio ao reforço da capacidade operacional das instituições. A execução do programa será acompanhada por uma equipa de peritos.

A leitura de tais decisões da Conferência de S. José alertou-nos para o facto de também em Portugal ser necessário democratizar. Um programa da Comunidade Europeia neste sentido poderia ajudar.

Com um RDM e um CJM velhos e inconstitucionais; com um art.º 31 da LDNFA caduco e sem razão de existir, valia ou não valia a pena um programinha para Portugal?



CORONÉIS

Antes que a reivindicação dos coronéis se transformasse em complicada bola de neve, o ministro avançou com o diploma dos incentivos para as passagens voluntárias à reforma e compulsiva à reserva. (Esta última já foi uma pena disciplinar, agora passou a ser um «incentivo»!)

As medidas postas em lei vão bulir com os sentimentos de algumas centenas de militares, pois o surgir da figura da «antecipação da morte», o choque do «voltar p'ra casa» para enfrentar a inactividade, vão criar a desestabilização emocional e a frustração.

Agora os coronéis anunciaram reuniões, fizeram exigências e enviaram um documento reivindicativo ao Governo.

O ministro enviou-lhes uma informação detalhada e decidiu contemplando algo do reivindicativo. Mas pouco, segundo parece. Vamos aguardar novos desenvolvimentos, para mais porque uma das necessidades que sobressaiu das reuniões realizadas, dava conta do desejo em ser constituída uma Associação de Oficiais.

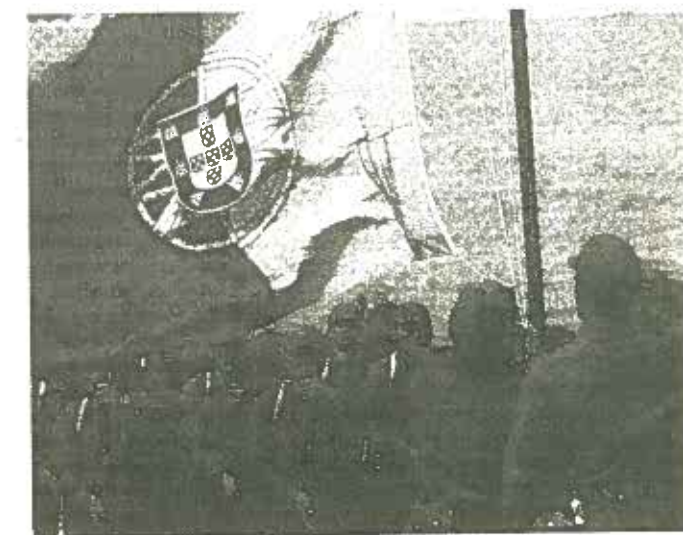


BEJA SEM TORNADOS

A Alemanha decidiu extinguir o acordo com Portugal depois de ter obtido a garantia da prática de voos rasantes com os caças «tornado» no Novo México.

A recusa de Lisboa em aceitar as pretensões da Alemanha – voos de média e baixa altitude e rasantes, bem como a existência de novas carreiras de tiro ar-ar – levou as autoridades alemãs a prescindirem, a partir do final de 1993, das facilidades militares que desfrutava em Portugal.

O acerto das contrapartidas relativas ao período compreendido entre o início de 1988 e o final de 1993, ainda não pago pelos alemães, será, possivelmente, a cedência de 40 Alpha Jet da Luftwaffe, em segunda mão, para reequipar a Força Aérea Portuguesa.



REDIMENSIONAMENTO

O Gabinete do Primeiro-Ministro aumentou. Passou a contar com um chefe de gabinete, 10 assessores, 15 adjuntos e 20 secretários pessoais, isto segundo o Decreto-Lei 45/92-A.

AUMENTOU ABONO DE FAMÍLIA

O Abono de Família foi aumentado para 2200\$00. Quem tiver aí uns 15 filhos recebe mais um salário mínimo nacional, que passou a ser 44.500\$00.

**ESTE ESPAÇO
NÃO LHE DIZ NADA?
DIGA-NOS VOCÊ
ANUNCIE N'«O SARGENTO»**

À medida que vão sendo dados passos no sentido da União Política Europeia, cresce quase numa relação de importância proporcional a questão da defesa comum.

DEFESA COMUM EUROPEIA

Sim ou não ?



O Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED), de 1952, apontava para uma integração militar: a criação de um exército europeu, um orçamento militar comum, etc. Foi o voto negativo do parlamento francês, em 1954 que travou tal caminho.

A UEO, constituída anos depois, foi o recomeçar de tal objectivo, mas mais não tem sido do que uma solução para sossegar os espíritos europeístas já que, no terreno prático, têm sido os EUA a dominar a situação.

As modificações ocorridas a nível internacional alteraram o equilíbrio existente e obrigaram a muitos questionamentos. As consequências e as necessárias conclusões terão reflexos no plano dos conceitos, dispositivos e sistemas de forças. Sendo certo que tal matéria é complexa e tem um tempo de maturação, não é menos certo que dois caminhos – tal como ontem – se colocam: o do reforço da capacidade militar ou o da adopção e potenciação de medidas de confiança e segurança mútua, que permitam aprofundar os caminhos do desarmamento com vista a um mundo de paz e cooperação.

Aquilo a que se assiste é ao desenvolvimento da primeira vertente.

A NATO rearruma as suas forças num quadro mais vasto de redefinição

de conceitos, dispositivo e sistema de forças dos países que dela fazem parte.

Os EUA, embora reduzindo o seu efectivo e armamento (a crise interna é gravíssima) investe em meios mais sofisticados de guerra e de domínio militar. Veja-se a previsão do Pentágono, em gastar, no próximo decénio, cerca de 90 mil milhões de dólares com a IDE (guerra das estrelas).

E neste contexto, que se enquadra a questão da Defesa Comum Europeia.

A proposta conjunta franco-alemã da constituição de uma Força de Intervenção Rápida Europeia reflecte, por um lado, o desejo alemão de afirmação no seio da comunidade e no mundo e, por outro lado, os interesses do complexo militar industrial.

A proposta suscitou muitas reservas de países da comunidade e dos EUA. Também o Governo português, pela voz do ministro da Defesa, olhou com reserva tal iniciativa.

Na cimeira da NATO, a proposta foi objecto de análise e as conclusões de lá saídas, não conseguiram esconder as divergências. Tratou-se de uma conclusão de compromisso, num momento em que novos desenvolvimentos internacionais ocorriam.

Um compromisso vantajoso para os EUA, que passaram à ofensiva no terreno da implementação de um novo conceito que tem como característica predominante a rápida mobilidade e a versatilidade. No fundo, trata-se da implementação das teorias que emergiram com a guerra do Golfo e que apontavam para três patamares de forças: – a de reacção imediata, a rápida e a de defesa.

O atraso da comunidade em assumir uma decisão traz-lhe acrescidas dificuldades, isto é, é mais difícil hoje do que ontem. E dizemos mais difícil, porque a adaptação à situação, a nível da NATO, implica compromissos por parte dos países da comunidade. Aliás, um artigo publicado no «New York Times», revelando partes de um documento do departamento de Estado norte-americano, perspectiva uma acção no sentido de «tentar impedir a emergência de acordos de segurança unicamente europeus que prejudicariam a NATO», ou seja, a continuação da presença americana na Europa.

EUA OU NÃO?

Coube ao Ministro João de Deus Pinheiro defender, no decorrer da V Conferência do «Semanário Económico», que «construir a União Política Europeia sem uma Defesa Comum, é um paradoxo». Sobre o relacionamento com os EUA questionou: «Queremos os EUA como parceiros ou como rivais?»

Trata-se de declarações que têm o peso de serem proferidas pelo presidente em exercício da Comunidade Europeia e são, elas mesmas, reveladoras das contradições existentes. Mais, a afirmação e a interrogação do Ministro desde logo contêm em si um sentido de exclusão.

Pegando na interrogativa questão de ter ou não os EUA como rivais, afigura-se que a afirmação do Ministro visou somente condicionar a construção de uma opinião. Afinal de contas, responder nos exactos termos em que o Ministro pergunta implica afirmar «sim EUA» ou «não EUA». Ora, o Ministro sabe que não se trata de um jogo de cara ou coroa...

Mas, quem friamente reflete, deparar-se-á com a conclusão de que parceiros e rivais têm sido e são os EUA. Basta citar a NATO como exemplo de parceiros (e nem sempre) e o GATT enquanto rivais.

O importante no discurso do MNE é a afirmação do paradoxo da União Política sem defesa comum. E é importante porque o paradoxo é o da Defesa Comum Europeia e a manutenção da NATO.

Antes de mais, coloca-se a questão de saber o que é entendido por defesa comum europeia.

O MNE fugiu às questões de fundo. Ficou por um «dejá vu» que se assemelha, cada vez mais, a uma pescadinha de rabo na boca.

Diversos responsáveis e analistas políticos falam da defesa comum europeia mas não têm a coragem de assumir que o primeiro passo no sentido da sua construção é o primeiro passo para o fim da presença e domínio dos EUA na Europa.

Eis a questão de fundo que nada tem de paradoxal.

EUROPA SOCIAL

Marca passo

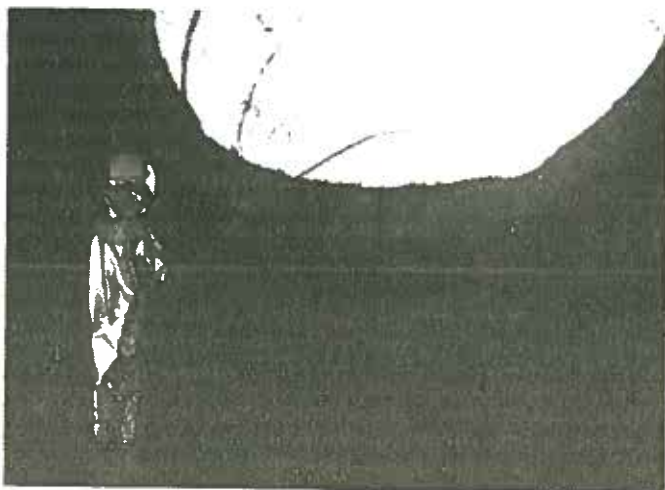
A Comissão Europeia lamentou que a Europa Social continue a marcar passo em relação ao «avançar» de grande mercado sem fronteiras.

A Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais, adoptada em 1989 por onze chefes de Estado e de Governo (Estrasburgo), ainda poderá ser mais do que uma lista de boas intenções.

Os Doze adoptaram uma directiva (oitava) destinada a proteger a saúde e a se-

gurança nos locais de trabalho. Esta directiva ainda será aprovada pelo Parlamento Europeu e só obrigará toda a Comunidade em 1994.

Nos diversos domínios o balanço é fraco. Desde a limitação do tempo de trabalho e a segurança social, até aos direitos dos trabalhadores destacados temporariamente para outro país da Comunidade e os comités europeus de empresa, os projectos ainda estão sobre as secretárias dos ministros.



Acidentes de trabalho

Morreram em acidentes de trabalho, entre 1985 a 1988, dois mil portugueses. O número de acidentes naqueles 4 anos atingiu um milhão em Portugal.

As mãos e logo depois os pés, são as partes do corpo mais vitimadas pelos acidentes de trabalho.

Na Holanda, com um número maior de empregados, faleceram no mesmo período (4 anos) 213 trabalhadores e os acidentes forma cerca de 24 mil.



A imagem das Forças Armadas na sociedade

A revista «Baluarte» n.º 5 publicou um artigo interessante da autoria do brigadeiro Ricardo Cubas sobre a imagem das Forças Armadas na sociedade, tema a que decidimos aderir neste número de «O Sargento».

O problema da imagem das FA's na sociedade deve merecer uma justa preocupação e ser objecto, por parte das chefias militares, do Governo e demais órgãos institucionais, de acções que visem a compreensão do seu papel e a estima colectiva.

Tais acções nada têm a ver com rituais ou cultos desprovidos de sentido realista, virados para um passado que se confronta, por vezes antagonicamente, com um futuro todos os dias a nascer em cada um, em todos nós.

Vivemos na era da comunicação e da informação. Este dado é fundamental como permissa base para a construção, não só de um dado modelo de resposta que atenda ao tema deste artigo, como também para a elaboração de conceitos e de legislação.

Acresce também como pilar importante a ideia de que promover a imagem das FA's não é o mesmo que promover uma qualquer marca de detergente. Desde logo porque não podem ser objectivos comerciais os que façam mover tal campanha e porque as FA's são pessoas que, como as demais, não gostam de ser enganadas ou utilizadas na promoção de objectivos particulares.

Como diz o brigadeiro Ricardo Cubas, «as relações de dependência das FA's estão definidas de forma clara, não havendo lugar a dúvidas sobre a sua subordinação ao poder político.» Contudo, é importante salientar que subordinação não significa subserviência e o carácter nacional e obviamente apartidário da instituição militar legitimamente uma identidade própria e diferenciada dos outros servidores do Estado.

Para o brigadeiro «a imagem de uma instituição é o conjunto das opiniões dos grupos com os quais ela estabelece relações(...) contudo, o alheamento que se verifica num vasto sector da sociedade portuguesa pelos problemas de defesa permite concluir-se que a informação difundida tem sido escassa e deficiente».

Tem muita valia esta opinião, tanto mais que os anúncios proferidos pelo MDN é o de se realizarem amplos debates mas que os militares não conhecem e muito menos a opinião pública.

Por outro lado, na relação instituição/sociedade, age a instituição enquanto tal, através dos seus órgãos próprios, mas age também cada militar junto do seu meio social.

Daí que um passo primordial seja o de, antes de mais, os militares terem informação, de participarem na construção das FA's e deste modo serem agentes naturais, conscientes, de defesa e prestígio das FA's.

Neste aspecto o défice é enorme. O MDN diz que o sistema retributivo é positivo e a sociedade verifica que milhares dizem que ele provoca injustiças. Com situações destas acontecem as dissonâncias e comece a quebrar-se o esforço colectivo.

A adopção de medidas punitivas é o passo seguinte para «sintonizar» opiniões por via administrativa. Daqui decorre que a sociedade fica a saber que um militar foi castigado porque disse uma coisa do domínio comum, o que se alia à acção de um vasto conjunto de militares que irão revelar o seu descontentamento junto do meio social.

Os jovens vêem as FA's como um colete de forças e como um espaço que os castra. Por isso se afastam das FA's.

Estes foram meros exemplos, infelizmente feitos de realidade vivida. Uma realidade que, temos de afirmar, não serve as FA's; não serve a sua imagem.

Decorre daqui que, se não há receptividade para alterar o relacionamento dentro das FA's, como ha-

verá condições e que credibilidade terá uma campanha de imagem externa?

Afirma o brigadeiro Ricardo Cubas que, «actualmente, os órgãos de comunicação social veiculam muitas notícias relativas às Forças Armadas, mas publicam, muito pouca informação». Problema complicado, este. Se a informação não é transmitida por quem o deve fazer, seja por menor atenção, seja por ter o (velho) carimbo de secreto(!), seja porque os chefes militares e os departamentos de relações públicas nunca sabem bem, se agradar a gregos se a troianos, é claro que tal constitui um «handy-cap» importante. Mas também não é menos importante a base em que assenta a informação. O jornalista, se o é, verdadeiramente, procurará confirmar a informação transmitida. E se constata que entre a informação dada e a realidade existem diferenças dará conhecimento delas.

Por exemplo: Foi dado um grande aparato propagandístico à chegada das fragatas Meko. Mas, depois, o jornalista constatou, que uma é considerada inoperacional porque não há sobressalentes, outra tem a peça de 100 mm avariada por um golpe de mar que lhe arrancou 12 parafusos do escudo protector, etc.

As FA's não são hoje e cada vez menos o serão, algo que existe apenas dentro dos quartéis. Há que ter a noção exacta disto.

No que respeita à força atractiva das FA's, o brigadeiro Ricardo Cubas diz que «os candidatos aos quadros permanentes dão uma boa indicação da força atractiva das carreiras militares, principalmente se o grau de procura e as motivações forem relacionados com o mercado de trabalho».

Este é um aspecto que actualmente não se verifica, ou seja, não há força atractiva, nem para os que já são militares. Mas qual a ilação que disto tiram os responsáveis? Que reflexões fazem e a que conclusões chegam? Continuar a adoptar medidas que aumentem a desmotivação e

o mal-estar? Continuar a não ouvir os militares? Ou inverter tal postura, procurando os consensos?

É necessário, antes de mais, promover a nível interno as mudanças e, conjuntamente com estas, avançar no plano externo. Isto é, junto da sociedade. Mas tal tem de ter, como condição *sine-qua-non*, a verdade, o diálogo claro e construtivo. Até hoje tal não tem acontecido. Os anúncios e as declarações mais não têm pretendido do que dar das FA's uma imagem e um evolução que é facilmente posta em causa pelo decorrer dos acontecimentos. E assim é porque a imagem que se pretende criar não assenta em bases reais. Todos os dias novos dados surgem a contradizer a propaganda. E se há algo de errado nisto, é a propaganda.



NOVA SEDE DA ANS

A Associação Nacional de Sargentos tem nova morada. Desde 1 de Maio, a Sede da ANS está na Rua Barão Sabrosa, n.º 91, 1.º Esq., em Lisboa. O código postal é o 1900 Lisboa.